

VIII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 08 - Trabalho e emprego na viração do capitalismo: interpretando contrastes sociabilidades e organizações

NEOLIBERALISMO E DISCURSO EMPREENDEDOR: UMA ANÁLISE SOBRE AS CAMADAS POPULARES BRASILEIRAS

Brauner Geraldo Cruz Junior (UFABC)¹

Cláudio Luis de Camargo Penteado (UFABC)²

Resumo: Este artigo visa analisar a figura do empreendedor à luz do debate sobre novas dinâmicas no mundo do trabalho no contexto da sociedade brasileira. Leituras sobre a sociedade neoliberal como as de Dardot e Laval (2016) nos permitem identificar o empreendedorismo como conceito-chave de novas relações entre sujeito e trabalho. Tido como um valor social (López-Ruiz, 2007), o empreendedorismo encontra no contexto brasileiro um cenário peculiar: marcado por uma informalidade estrutural do mercado de trabalho e a persistência de “bicos” e “virações” como formas de sobrevivência das classes populares. Assim, por meio de entrevistas estruturadas, buscamos analisar valores e comportamentos de empreendedores pertencentes à massa trabalhadora e à baixa classe média, a partir de parâmetros definidos por Quadros (2008). Os resultados indicaram para uma formação híbrida desse empreendedorismo, em que a dinâmica social dessas classes impõe barreiras ou ressignifica valores de um empreendedorismo nos moldes neoliberais.

Palavras-chave: Empreendedorismo – Neoliberalismo - Classes populares - Nova classe média brasileira

¹ Brauner Geraldo Cruz Junior, Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. **Bolsista CAPES.** brauner.cruz_jr@hotmail.com

² Cláudio Luis de Camargo Penteado, Cientista Político, Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). claudio.penteado@ufabc.edu.br

Introdução

A racionalidade política neoliberal, ou a nova razão de um modo de governo dos sujeitos e instituições (Foucault, 2008; Dardot e Laval, 2016), visa romper com o liberalismo clássico ao demandar um Estado ativo - fugindo da premissa “menos Estado” - na garantia da lógica do mercado, demandando uma organização social que por sua vez forma novas subjetividades. Esse sujeito neoliberal é o produto da lógica mercantil inserida no comportamento humano: a concorrência se torna a norma das ações individuais e os sujeitos passam a se organizar enquanto verdadeiras empresas de si mesmo (Dardot e Laval, 2016), remetendo à figura do empreendedor.

Contudo, a imagem de indivíduos que iniciam seus empreendimentos, ou transformam outros, partindo de uma ideia disruptiva, enfrentando uma série de barreiras contextuais ou de estrutura e promovendo ao fim o desenvolvimento econômico, como definiu Schumpeter (1961) ao olhar para o capitalismo ascendente no início do século XX, é transformada de tal maneira que passa a simbolizar a atitude de um povo, como afirma López-Ruiz (2007). Se antes se tratava de um atributo próprio de um seletivo grupo, no neoliberalismo o empreendedorismo adquire status de um valor social. E em meio a mudanças estruturais dos ambientes de trabalho, sejam elas objetivas, como destaca Antunes (1999), ou subjetivas, como pontua Sennett (1999), esse valor é incorporado aos comportamentos e valores da classe trabalhadora, ainda que essa incorporação permita uma série de negações e composições híbridas, conformadas por práticas anteriores desse grupo social e pelos contextos históricos em que estão inseridas.

A formação social e do trabalho no Brasil pode significar um importante exemplo dessas negações e hibridizações. A constituição das classes sociais pautada por uma herança do escravismo (Fernandes, 2008) e o mercado de trabalho informal como componente estrutural da economia nacional (Theodoro, 2005) são dois aspectos que impactam num imaginário distinto do assalariado fordista, por exemplo, em relação aos países da Europa ocidental e dos EUA. Isso porque, segundo Braga (2012), o fordismo periférico vivenciado no Brasil traz impactos estruturais na força de trabalho nacional. Os “bicos” e “virações” como modos de vida do brasileiro não são partes exclusivas de uma precarização advinda de um contexto neoliberal, como pressupõe Standing (2013) ao tratar do precariado

enquanto classe típica do pós-fordismo. Pelo contrário, essas práticas, assim como a realidade dos assalariados, compõem a história do trabalho no Brasil, ainda que sofram alterações de intensidade ao longo dos períodos econômicos. O recente movimento de ascensão de uma massa de trabalhadores a novos patamares de vida e, sobretudo, de consumo, nos governos de Lula e Dilma (Neri, 2011; Singer, 2012; Souza, 2012) ilustram essa mudança, ainda que o caráter estrutural desses efeitos possa ser contestado (Braga, 2012).

Este artigo objetiva justamente analisar como a formação desse empreendedor neoliberal encontra terreno na sociedade brasileira, em especial, na classe trabalhadora. Ou seja, queremos observar como sujeitos destes estratos assimilam, interpretam e ressignificam o que chamamos de “discurso empreendedor”. Partindo da premissa de que o discurso do neoliberalismo não é homogêneo e tampouco algo incorporado integralmente e sem mediações, pretendemos analisar o empreendedor que se forma numa sociedade cuja euforia social de dez anos atrás deu lugar a uma crise econômica, política e social intensa, mas que também carrega uma série de práticas e valores de classe distintos da razão neoliberal. Consideramos esse um passo fundamental para discorrer sobre as mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, em que a figura do empreendedor de si mesmo avança como categoria importante desse novo cenário.

O artigo será dividido em quatro partes, para além desta introdução. Falaremos inicialmente de como o empreendedorismo pode ser interpretado à luz da sociedade neoliberal contemporânea, para em seguida apresentar o cenário brasileiro de recentes transformações socioeconômicas, bem como as interpretações sociológicas sobre esse contexto. A terceira parte se destina a expor os resultados de oito entrevistas realizadas como forma de compreender a assimilação do discurso empreendedor pelas camadas populares. Assim, a última parte busca realizar uma breve discussão dos resultados e seus impactos para o tema em questão.

O neoliberalismo na sociedade contemporânea: o empreendedorismo como norma e valor social

Dardot e Laval (2016) apresentam o neoliberalismo a partir de uma interpretação da obra de Foucault (2008), O Nascimento da Biopolítica. Essa ótica

entende que falar de neoliberalismo não se trata de apresentar uma ideologia ou um novo sistema político, mas uma razão de mundo, que é “capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção” (Dardot e Laval, 2016, p. 190). Essa razão, portanto, não opera simplesmente modificando políticas econômicas e reduzindo a atuação do Estado em algumas áreas, como uma espécie de atualização do liberalismo clássico, mas sim criando um modo de governar sujeitos e instituições, ou seja, uma nova gramática interpretativa sobre esses objetos.

Essa gramática tem como referência o modelo-empresa enquanto configuração universal, ou seja, aplicável a todas as instituições e sujeitos. Em decorrência disso, a concorrência entre essas empresas-indivíduo emerge enquanto norma que organiza as relações sociais. Tem-se, portanto, na figura do mercado, um produtor de novos sujeitos condicionados segundo seus moldes morais e sociais: um agente de subjetivação. Desse modo, podemos compreender a importância do conceito de empreendedorismo enquanto útil para explicar a relação concorrencial entre essas “empresas de si”.

Outra matriz teórica que nos auxilia na interpretação da sociedade contemporânea é a weberiana, que ao invés de tratar de uma sociedade neoliberal, entende que há um novo estágio do capitalismo que, contudo, assim como a razão neoliberal, requer novos valores, comportamentos e relações, ou seja, um ethos ou um espírito que seja capaz de sustentar uma nova racionalidade formada. Aqui, destacamos o trabalho de Boltanski e Chiapello (2009) e de López-Ruiz (2007), sendo que este último parte dessa nova racionalidade justamente para compreender como podemos analisar o conceito do empreendedorismo.

Para López-Ruiz (2007), houve no espírito atual do capitalismo um resgate do empreendedorismo antes interpretado segundo os moldes do economista Joseph Schumpeter (1961). Para este autor, o empreendedor seria o motor do sistema econômico, capaz de provocar inovações que impulsionassem seu desenvolvimento. Essas inovações poderiam ser a introdução de um novo bem ou método de produção no mercado, a própria abertura de um novo mercado, a conquista de novas matérias-primas ou um novo tipo de organização industrial (Schumpeter, 1961, p. 76). Assim, esse empreendedor teria como características uma força de vontade, o enfrentamento de uma oposição do ambiente social, uma capacidade de liderança, além de uma motivação baseada não no lucro ou na satisfação de

necessidades pessoais, mas em algo como uma alegria de criar e fazer coisas (SCHUMPETER, 1961). Vale ressaltar que o empreendedor schumpeteriano não pode, então, ser considerado uma profissão ou uma classe específica, assim como dificilmente ele possui uma condição duradoura, pois está mais associado a um modo de agir, vinculando-se a um grupo seletivo e restrito de indivíduos, e organizado apenas em determinadas situações e momentos.

A grande chave para esta retomada do espírito empreendedor no estágio atual do capitalismo, segundo López-Ruiz (2007) será o resgate, pela teoria econômica, da ideia de propriedade e sua expansão. Porém, ao contrário do que ocorria nas interpretações sobre o início do século XX, a propriedade retomada não se dará por bens tangíveis, mas através do próprio indivíduo: novamente a ideia de um proprietário de si mesmo.

“A teoria econômica convertia novamente em proprietários os setores que historicamente o haviam sido e já não eram mais, e também todos aqueles que dispuseram seus próprios esforços para sê-lo. A partir de então, os não-proprietários de bens-tangíveis seriam proprietários de suas próprias habilidades, competências e destrezas. Mas, como tais, seriam também responsáveis por sua manutenção e incremento. A propriedade desse capital intangível lhes garantiria sua independência individual e abriria as portas à sua participação nas demais esferas do social.”

(LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 68)

Com a concepção de um indivíduo que é proprietário de si mesmo, seus atributos passam ser vistos como possuidores de um valor de mercado: o capital humano, um conjunto de capacidades, destrezas e talentos que, pelo avanço do capitalismo, deve adquirir um valor de troca. Dessa forma, o consumo passa a ser relacionado a uma espécie de investimento em si mesmo, ou uma valorização dessa forma de capital. Na mesma linha, o trabalho é tido como a aplicação desse capital humano à espera de um retorno, sendo o trabalhador um indivíduo-empresa. Nesse processo, o empreendedorismo é encarado como um valor social e, na medida em que se propõe aplicável a todos os sujeitos, é encarado como “a atitude de um povo”.

“O empreendedorismo passou a ser a **atitude de um povo**, a atitude que se espera de um povo, como anuncia hoje uma vasta literatura de gestão de negócios. O que isto quer dizer? Em primeiro lugar, que o sistema econômico já não precisa de alguns poucos homens de negócios empreendedores que tomem nas suas mãos as rédeas do desenvolvimento econômico. O que o sistema econômico precisa é de uma **ética empresarial do trabalho**. Isto é, precisa de um conjunto de **valores e normas** que seja compartilhado dentro de uma sociedade, a partir do qual quem trabalha seja levado a pensar e a sentir a sua atividade como uma empresa particular e como o motivo principal da sua vida”. (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 30).

Esse fenômeno de massificação do empreendedorismo também é reconhecido pela ótica da razão neoliberal. Ao invés de tê-lo como um valor social, tem-se enquanto uma capacidade a ser desenvolvida em todos os sujeitos. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo busca “fazer com que cada indivíduo se torne o mais *enterprising* possível” (p.151).

“Todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse “empreendedorismo” humano.

[...]

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação de bens”. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 145).

Ainda segundo essa matriz interpretativa, há uma espécie de contágio que induz as capacidades empreendedoras nos demais sujeitos:

O mercado define-se precisamente por seu caráter intrinsecamente concorrencial. Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer. Essa luta tem a virtude do contágio: todos imitam os melhores, tornam-se cada vez mais vigilantes e, progressivamente, adquirem *entrepreneurship*. O empreendedor que procura vender pelos métodos de persuasão

moderna obtém os efeitos mais positivos sobre os consumidores. Conscientizando-os das possibilidades de compra, o esforço do empreendedor visa a 'proporcionar aos consumidores o empreendedorismo do qual foram privados, ao menos parcialmente (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 147).

Tendo delineado as bases do empreendedorismo e do discurso empreendedor contemporâneo, devemos considerar as mediações e ressignificações de um projeto cuja proposta é ser universal. Ao se propor dessa maneira, espera-se que esse discurso esbarre em formações sociais e práticas entre os sujeitos que possam configurar resistências, hibridizações e inclusive novas categorias de análise. Entender um novo espírito do capitalismo ou uma nova razão de mundo implica em reconhecer permanências de modos de socialização e práticas próprias de estágios anteriores, bem como valores e comportamentos que variam conforme a classe social em questão. A própria constituição histórica de uma sociedade também é um fator impactante. O caso brasileiro é um exemplo importante. Torna-se um desafio falar sobre uma massa de empreendedores num contexto em que há uma permanência estrutural da informalidade e do subemprego, questões intrínsecas ao mercado de trabalho nacional (Theodoro, 2005, Singer, 1985).

Outro fator de redesenho dos moldes neoliberais do discurso empreendedor repousa no fato de que a interpretação discursiva é ampla, de tal maneira que a produção de sentidos para diferentes grupos sociais é diversa. Assim, o empreendedorismo pode assumir faces aparentemente contraditórias, como colocou Colbari (2007). Por exemplo, ele pode ser visto enquanto um horizonte de emancipação para grupos historicamente marginalizados na sociedade, como negros e mulheres. Ao se apresentar enquanto saída profissional para uma série de indivíduos historicamente excluídos do mercado de trabalho formal, oferece-se também um maior reconhecimento na sociedade e a possibilidade de reparação de desigualdades históricas. Todavia, esse mesmo discurso pode ser visto como uma perspectiva de precarização da classe trabalhadora, ao substituir mecanismos de solidariedade e proteção coletiva, interferindo em direitos históricos desta classe.

Gago (2018) é uma autora que procura analisar a dinâmica resultante desses encontros entre discurso neoliberal e práticas sociais. Ela utiliza um vocabulário político que nos permite pensar:

uma dinâmica transindividual de forças produtivas, que a todo o tempo transbordam o esquema neoliberal e antecipam possibilidades que já não são as socialistas estatais. Ou seja, é um modo de cooperação social que reorganiza o horizonte do trabalho e da exploração, da integração e do progresso, da boa vida e do bom governo. (GAGO, 2018, p. 25).

Gago (2018) trabalha com duas topologias possíveis ao interpretar o neoliberalismo. A primeira é a que o considera de cima pra baixo, e está vinculada a uma mudança no regime de acumulação global que resulta em novas estratégias e ações pelas instituições nacionais. A segunda é o neoliberalismo de baixo para cima, ou “desde baixo”, que tem na razão neoliberal algo que se desenvolve sob o tecido social e que está além da vontade de um governo, e por isso mesmo permite combinações e imbricamentos não dimensionados pela lógica “de cima para baixo”.

Como foi dito, o caso brasileiro ilustra de diversas maneiras a necessidade de se ponderar o avanço do discurso empreendedor em meio a uma nova razão de mundo, ou a um novo espírito capitalista. Partiremos agora, para explorar o contexto nacional recente, dialogando com questões estruturais históricas, a fim de formar o quadro necessário para entendermos as trajetórias estudadas neste artigo.

As transformações socioeconômicas do Brasil recente e questões estruturais

Entre 2003 e 2014, é seguro afirmar que a sociedade brasileira sofreu significativas transformações sociais e econômicas devido a políticas redistributivas e de proteção social. Promovidas durante os governos Lula e Dilma – sendo algumas embrionárias do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) - pelo o que Singer (2012) entendeu como um tripé formado pelo Programa Bolsa Família (PBF), pela valorização real do salário mínimo e pela expansão do crédito, essas políticas provocaram expressiva redução da pobreza e da desigualdade, ao mesmo tempo em que estimularam o mercado interno.

Houve uma queda de 18% na pobreza absoluta entre 2003 e 2014 (somente comparável ao período do milagre econômico e o Plano Real) (Kerstenetzky, 2017). Quanto à desigualdade, uma notável redução do Índice de Gini (de 0,583 em 2003

para 0,518 em 2014, segundo o *Ipeadata*)³. E quanto à expansão econômica, o país atingiu um patamar histórico ao apresentar 7,5% de crescimento em 2010⁴, aproveitando-se do chamado “boom das *commodities*” e da demanda do mercado chinês. Contudo, foram ações internas que condicionaram para que esse crescimento retornasse socialmente. Ocorreu um aumento no emprego formal de 53,6% entre 2003 e 2010, segundo estudo de Guimarães (2012) para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que somado ao crescimento real do salário mínimo (que também reduziu a desigualdade principalmente pela previdência social) elevou o país a outros patamares de seguridade social. Ainda, a criação ou reestruturação de programas federais como o Luz para Todos, 1 milhão de cisternas (P1MC) e Minha Casa Minha Vida permitiram que uma parte da população pudesse acessar, gradualmente, o mercado interno.

Esta série de transformações foi interpretada de diferentes maneiras nas ciências sociais. Contudo, um aspecto se destaca: o reconhecimento da mobilidade socioeconômica de um contingente numeroso de pessoas, ainda que a sustentabilidade desse movimento e sua profundidade sejam questionadas.

Para Neri (2011), por exemplo, houve o surgimento de uma “nova classe média”, ou classe C, que seria (para os preços de 2011) a classe social compreendida entre R\$1.200,00 e R\$5.174,00 como renda domiciliar. Ou seja, um grupo de renda intermediária que teria crescido numericamente pelas políticas aqui mencionadas. Por apresentarem alguns padrões culturais e de consumo distintos do que se convencionou chamar de classe média tradicional, adicionou-se o termo “nova”, ainda que tenha permanecido a ideia de uma expansão da classe média como um todo. Esse novo segmento social passou a ser objeto de estudo pelo mercado, através da criação de Institutos de Pesquisa específicos para a classe C, e também pelo governo, como no lançamento da série de Cadernos “Vozes da (Nova) Classe Média” em 2012, elaborada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e encabeçada pelo próprio Marcelo Neri. Em especial, a imprensa brasileira passou a utilizar o termo nova classe média ao tratar da dinâmica social brasileira no período.

³Dado disponível no portal <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em 20 de fev. 2018.

⁴ “Economia brasileira cresce 7,5% em 2010, maior alta em 24 anos”. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/03/03/economia-brasileira-tem-maior-crescimento-desde-1986.jhtm> Acesso em 16 de Nov. 2016.

Embora Neri (2011) tenha se proposto a olhar para componentes econômicos, sua análise perpassa por elementos culturais e sociológicos desse grupo, destacando seu “espírito” empreendedor, e coadunando com uma tendência contemporânea de expansão do conceito de empreendedorismo. Define o autor:

A carteira de trabalho é o maior símbolo da classe C como ato consumado, e o concurso público é o seu platônico objeto de desejo. Os “por conta própria” são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular (Neri, 2011, p. 168)

Dessa descrição emerge, se não uma contradição, ao menos uma grande amplitude: são pessoas que têm como símbolo de representação a carteira de trabalho e a estabilidade (representada pelo desejo do concurso público). Contudo, destaca-se uma numerosa parte dos “capitalistas sem capital”, os “por conta própria”, que se assemelha à ideia de empreendedores no sentido de serem empresários de si mesmos, e que conceitualmente não vão de encontro a um futuro profissional estável e de plenos direitos trabalhistas.

É evidente em Neri (2011) um otimismo em relação ao quadro socioeconômico brasileiro, o que não foi um consenso para as ciências sociais. Na ciência política, destaca-se a produção de Singer (2012), que trata da composição eleitoral do que chamou de Lulismo. Sua tese é de que houve um realinhamento eleitoral nas eleições de 2006 que garantiu a base de sustentação política dos governos Lula e Dilma. Se na eleição de 2002, essa base era composta principalmente pelas classes médias urbanas, na eleição seguinte, devido às políticas de valorização do salário mínimo, PBF e expansão do crédito, um grupo numeroso historicamente no Brasil, considerado pelo autor como subproletariado, passou a ser esse apoio. Por sua vez, por conta da crise do mensalão em 2005, as classes médias urbanas, em sua maioria, se retiraram dessa composição eleitoral. A plataforma lulista se caracterizou por um pacto conservador e um reformismo fraco, contradizendo uma “Primeira Alma” do Partido dos Trabalhadores, e sinalizando para um “meio termo” se pensarmos na adoção de um modelo neoliberal de governo durante o Lulismo.

O grupo emergente no cenário social brasileiro para o autor, o subproletariado (um conceito marxista), se refere a uma fração do proletariado que não possui as condições para a tomada da consciência de classe. Ela deseja melhores condições sociais, mas não vê prioridade na redução das desigualdades. Da mesma forma, o interesse dessa fração de classe estaria em não existir mais, enquanto o projeto do operariado impõe a construção de uma nova sociedade, mas não o desaparecimento dessa classe (Singer, 2012). Politicamente, esse grupo se comporta como massa, que adere a líderes que oferecem vantagens a ele. E no caso brasileiro, o autor busca demonstrar que trata-se de um contingente populacional que não diminuiu ao longo do século XX, e por isso garantiu boa quantidade de votos à agenda lulista.

Braga (2012) também discorreu sobre o período lulista, mas pela ótica da sociologia. Em sua visão, porém, houve uma continuidade da regulação neoliberal iniciada na década de 90, pós redemocratização, que não sofreu profundas transformações quando ascendeu o que denominou de burocracia lulista. O autor buscou tratar a dimensão eleitoral como uma das dimensões possíveis (e não a mais importante) na análise da composição social brasileira, de tal modo que a estabilidade do lulismo pudesse ser questionada, divergindo, nesse aspecto, de Singer (2012). Sob essa ótica, a fração de classe considerada como precariado não garantiria a hegemonia lulista como seria com o subproletariado. Isso porque o precariado definido por Braga (2012) é também uma fração do proletariado, mas que teria capacidade de mobilização social a partir da tomada de consciência coletiva, além de não englobar o grupo pauperizado dessa classe, tampouco a categoria marxista do lumpem proletariado. Em termos práticos, é quem vive entre a insegurança do emprego e a permanente ameaça de exclusão socioeconômica (Braga, 2012, p.16). Importante notar que o autor não entende o precariado como um fenômeno tipicamente neoliberal: para ele, é produto da própria mercantilização do trabalho, que impulsiona uma população trabalhadora excedente, sobretudo se pensarmos na construção de um fordismo periférico, como no caso brasileiro.

É pelo olhar etnográfico para as ocupações características da sociedade neoliberal brasileira que Braga (2012) enxerga ações de resistência e tomadas de consciência que podem fazer do precariado um caminho para a retomada das mobilizações populares e classistas, enfraquecidas pelo Lulismo. O autor concentrou esforços na observação dos teleoperadores do setor de telemarketing, altamente

explorados em suas funções e pertencentes a um ramo característico de uma economia financeirizada. Ao abordar o cotidiano desses sujeitos, identificou, assim como Singer (2012), uma ambivalência ideológica, marcada por contradições: Se bem é verdade que possuem escassa experiência política, já começaram a construir suas greves; se não se interessam por partidos, sabem manifestar suas insatisfações dentro e fora das empresas; associam a ampliação do consumo popular à continuidade do Lulismo, mas não se iludem com o “milagre” do crédito subsidiado pelo governo... Ou seja, carregam, ainda que em estado latente, o potencial de negação do regime de acumulação pós-fordista (Braga, 2012, p. 218).

Dentre os autores aqui levantados, Braga (2012) é o que mais aponta para uma negação da sociedade neoliberal por parte do precariado. Souza (2012), por exemplo, considera o “novo espírito do capitalismo” decorrente da sociedade pós-industrial como algo consolidado e que participa do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, sem delegar a eles um papel de reversão desse quadro.

É a partir dessa caracterização da sociedade contemporânea que Souza (2012) busca definir o que considera uma nova classe trabalhadora na sociedade brasileira pós-lulismo, onde o aspecto novo reside apenas na configuração social. Para o autor, trata-se ainda de uma classe trabalhadora, e não de uma classe média, por conta da ausência de capitais essenciais em sua composição, como os capitais econômico, tradicionalmente pertencente às classes altas, e cultural, pertencente à classe média.

Souza (2012) entende que o grupo ascendente no Brasil recente é um grupo de batalhadores, inserindo elementos culturais específicos na sua caracterização, frutos de trajetórias descritas pelo autor. Os batalhadores estão logo acima da ralé, uma camada que segundo o autor abarca os indivíduos beneficiados por políticas sociais recentes, mas que não possuem oportunidades de qualquer ascensão social. O que permite alguma possibilidade de ascensão por parte dos batalhadores reside na presença de: um capital familiar, em que a solidariedade da família em pequenas produções impulsiona-os economicamente, e uma ética do trabalho (diferente da ética do estudo, pertencente às classes superiores), na qual se incorporam disposições como disciplina, autocontrole e comportamento e pensamento prospectivo.

[definem-se pela] capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (Souza, 2012, p. 50).

Tal descrição nos permite identificar uma associação, ainda que crítica, dos batalhadores a uma nova identidade na atividade econômica. Se em Neri (2011) o vigor dos “por conta própria” era exaltado e necessitava de incentivos estatais para converter-se em ascensão econômica, aqui esse mesmo vigor também é observado, ainda que sob a chave da exploração produtiva desses sujeitos. É por esse motivo que na análise de Souza (2012) observa-se o elemento empreendedor enquanto um fator chave na discussão de uma nova classe trabalhadora, ainda que o papel desempenhado por esse fator não esteja muito claro:

“Além de uma nova classe trabalhadora definida pelo batalhador/trabalhador, parece existir também uma ‘pequena burguesia de novo tipo’ representada pelo batalhador/empreendedor. Os limites, entre essas duas frações de classe, em muitos casos são muito fluidos, tornando muito difícil a definição exata de seu pertencimento de classe” (Souza, 2012, p. 56)

Mais do que a divergência na denominação dos grupos sociais, a mobilização dos autores acima vem como forma de explicar que tipos de mudanças a sociedade brasileira passou recentemente. Se encarado como nova classe média, subproletariado, precariado ou batalhadores, é mister identificar que há um estrato da classe trabalhadora que teve acesso a novos padrões de consumo e renda, ocupando um espaço na sociedade a qual historicamente estava excluído.

Isso porque o mercado de trabalho no Brasil, como pontuaram diversos autores, dentre eles Theodoro (2005), esteve constituído pela informalidade e o subemprego, questões cuja uma das causas mais primordiais reside na escravidão, como demonstrou Fernandes (2008). A noção de uma classe trabalhadora que em meados do século XX lutou para ter direitos coletivos efetivados e estava sob alguma proteção social, no Brasil, é extremamente restrita. Nesse sentido, Paul Singer (1985) discorreu sobre uma massa altamente numerosa de trabalhadores empobrecidos que transitavam entre a formalidade e a informalidade, e que passou

longe dessa acepção mais tradicional sobre a classe trabalhadora. É o mesmo contingente, segundo André Singer (2012), que forma o que o autor tratou por subproletariado na sociedade brasileira contemporânea. Assim, esse grupo sobreviveu a partir de bicos e virações, formas de emprego com baixas garantias e baixa renda. E atualmente se constitui também como alvo de um discurso empreendedor, que oferece uma saída individual a estas questões históricas, considerando como empreendedor aquele trabalhador que sempre teve de “se virar” e “agir por conta própria” para sua sobrevivência. Veremos como se deu a assimilação discursiva desse grupo.

Analisando o empreendedor popular que ascendeu no Brasil recente

A metodologia de pesquisa se deu por entrevistas semiestruturadas de profundidade, aproximando-se de uma técnica chamada de histórias de vida (Paulilo, 1999; Barros e Lopes, 2014), que nos possibilitou considerar todas as dimensões sociais e culturais desses empreendedores populares. Segundo Paulilo (1999), através da história de vida é possível compreender a cultura “do lado de dentro”, nos colocando entre “o que é exterior ao indivíduo e aquilo que ele traz dentro de si” (p.142). Com o resgate de trajetórias individuais que estão enraizadas na sociedade, torna-se possível observar o universal no singular; este um aspecto essencial para compreender as nuances, valores e práticas mais arraigadas no cotidiano dos sujeitos estudados. A seleção desses indivíduos foi baseada no estudo de Singer (2016), que se referiu aos critérios de Quadros (2008) para abordar a massa de trabalhadores por vezes considerada pelo primeiro como subproletariado. Assim, intentamos englobar as camadas populares da sociedade brasileira que dialogam diretamente com a realidade do mercado de trabalho brasileiro. Foram selecionados quatro homens e quatro mulheres cujos rendimentos médios mensais e tipos de ocupações se encaixavam no que Quadros (2008) denominou de massa trabalhadora e baixa classe média. Além disso, para captar aspectos do empreendedorismo mais evocados no cotidiano, optamos por indivíduos autônomos, que lidam individualmente com a gestão de seus rendimentos. Como forma de selecionar elementos mais específicos da gestão de si, esses autônomos teriam de ser vendedores de produtos e/ou serviços, uma vez que também eram responsáveis por toda a organização financeira de seus empreendimentos.

O roteiro de entrevista foi estruturado em quatro eixos: trajetória pessoal e profissional, meio do empreendedorismo, mercado de trabalho e questões econômicas, e sociedade e Estado. Esses eixos foram baseados na literatura sobre as transformações sociais do Brasil recente e sobre o empreendedorismo aos moldes contemporâneos. Assim, investigamos como as pessoas se consideravam empreendedoras, e se assim se viam, ao analisar como mobilizavam conceitos ligados ao mundo corporativo, além de verificar se participavam de grupos de empreendedores nas redes sociais ou outros meios de contato, e mencionavam profissionais de sucesso do meio empreendedor como figuras de inspiração. Também analisamos as percepções políticas, trajetória profissional, conjuntura familiar e como enxergavam simbólica e culturalmente a sociedade brasileira contemporânea.

A seguir, apresentaremos o perfil de cada um dos entrevistados, para ao fim tecer considerações finais sobre a assimilação do discurso empreendedor, apontando para alguns caminhos de análise desse novo sujeito.

Luciana, a primeira entrevistada, vende seu próprio artesanato numa feira de rua aos domingos e por encomenda em sua casa. Ela foi assalariada por um breve tempo, mas tornou-se dona de casa quando se casou. Quando o marido perdeu o emprego na indústria automobilística, ele buscou se tornar autônomo vendendo lanches num *food truck*, e ela decidiu vender o artesanato que sempre gostou de fazer. Hoje os dois são separados, mas o marido, reinserido na indústria, a ajuda constantemente. Luciana não mobiliza muitos conceitos ligados ao empreendedorismo, mas o vê de forma positiva. Parece aceitar a rotina enquanto autônoma, mas se queixa da baixa quantidade de vendas, e diz que preferiria não trabalhar por conta própria, pela falta de disciplina que essa atividade provoca e a carga horária que acaba ultrapassando a de um trabalho formal (“Eu não consigo... porque meu horário teria que ser um dia muito maior pra eu poder fazer tudo.”). Politicamente, não tem uma boa imagem de instâncias coletivas como os sindicatos, mas apesar de admitir “conhecer pouco”, não condena políticas de distribuição de renda como o PBF.

André é um jovem de 23 anos que trabalhou em diversas funções e lugares: numa rede de *fast-food*; como vendedor em loja de roupas; em empresas de crédito consignado; no chão de fábrica; e como atendente de telemarketing. Mas descobriu seu ramo na confecção de cosméticos. Trabalhou por um tempo numa loja

relacionada, e decidiu começar a fabricar suas próprias essências e perfumes. Começou vendendo-os nas ruas do centro de São Bernardo do Campo numa sociedade com alguns familiares, e acabou montando uma pequena loja numa galeria da mesma região. De todos os entrevistados, André é o mais inserido no meio do empreendedorismo: mobiliza conceitos e pensamentos e está sempre inteirado das novidades sobre o meio, seguindo pessoas que o inspiram. Para ele, empreendedor é aquele que “bota a cara” e “vai correr atrás”: “O empreendedor é a luta diária. Aqui você tem que se rebolar pra você não deixar a peteca cair”. André demanda do Estado um papel ativo no estímulo à atividade econômica, seja reduzindo impostos de pequenos empreendedores, seja aumentando a renda da população, como forma de incentivo ao consumo.

Teresa é uma migrante nordestina que, vinda ainda nova pra São Paulo, trabalhou por muito tempo como funcionária de um hospital, e saiu quando ganhou seu segundo filho e quando começaram as terceirizações de serviços relacionados e, com elas, a redução salarial e demissão de colegas. Foi ainda para o ramo da tecelagem, mas decidiu se dedicar aos afazeres domésticos e cuidar de sua saúde, deixando a vida de assalariada. Chegou também a trabalhar como babá, mas abriu seu negócio há cerca de 13 anos atrás. Teresa, que quando assalariada já revendia produtos de amigas e amigos para outros colegas, decidiu transformar sua garagem numa pequena vendinha de bairro. Vende produtos alimentícios de uso cotidiano, mas também materiais de papelaria, algumas roupas e perfumes. Assim como Luciana, vê positivamente o meio empreendedor, mas pouco mobiliza sobre o conceito, não se enxergando como tal de início. Teresa encara o trabalho formal como algo importante a se alcançar se a pessoa “tiver estudo”. De modo geral, apresenta certa resignação com a informalidade e as incertezas de se trabalhar por conta própria, até pelas dificuldades do mercado de trabalho: “Antes, eu achava assim, era mais fácil pra gente conseguir um emprego, num era tudo tão difícil... Hoje tá mais difícil, assim... num é, eu acho que tem o trabalho, tem o serviço. Mas hoje estão exigindo muito em termo de especialização”. Sua demanda social principal é o acesso facilitado ao crédito, já que considera os juros atuais muito abusivos.

Fabíola é uma dona de casa que vende marmitas *fitness* para pessoas e grupos interessados. Sempre gostou de cozinhar e decidiu explorar esse ramo depois que fez um curso em seu bairro cuja intenção é desenvolver capacidades

empreendedoras em pessoas de regiões periféricas. Ela trabalhou como assalariada na parte administrativa de pequenos negócios e decidiu tornar-se dona de casa quando se casou, porém continuou contribuindo com a renda familiar, vendendo comidas variadas em sua região. Seu marido também “é empreendedor”, e possui uma corretora de seguros há mais de 25 anos. Fabíola também é recém-formada em Serviço Social, mas encontrou dificuldades em seu ramo profissional, não exercendo a função. Por conta do curso que fez, seus conhecimentos sobre o meio do empreendedorismo são amplos e aparentam significar um horizonte importante para ela. Politicamente, apresenta uma visão moderada sobre políticas sociais e instâncias coletivas, como os sindicatos: “Ao mesmo tempo que é bom, é ruim porque é uma lavagem de dinheiro danada.”.

Mariana se diferencia bastante das mulheres descritas até aqui. Ao contrário de Luciana, Teresa e Fabíola, ela não passou a ter um negócio próprio pelas atividades que fazia em casa, conciliando a jornada doméstica do casamento com suas habilidades no artesanato ou na culinária. Mariana, mais nova que as três mencionadas, vive com seus pais na periferia da Zona Norte paulistana, e passou a “empreender” por outros motivos. Ao fazer um curso de MBA na FGV sobre empreendedorismo e participar da militância negra e feminista, identificou um nicho de mercado importante e que se encaixava à sua formação profissional como bibliotecária. Hoje ela possui uma livraria especializada em literatura feminista e, principalmente, negra. Sua vida profissional foi permeada por bicos e atividades formais, e ela não aparenta assimilar uma valorização pelo trabalho enquanto algo dignificador. Em sua perspectiva, o empreendedorismo estaria muito mais além do que um novo modo de condução da vida profissional, representando um modelo próprio de questionamento dos lugares dos negros e das mulheres na sociedade: “A gente poderia ter muito mais pessoas que fossem empreendedoras. Mas ao mesmo tempo a gente é uma ameaça. Eu sou uma ameaça, assim. Por ser mulher, por ser mulher negra, periférica... e o mercado, ele não me quer.”

Antônio é um ambulante que trabalha há 12 anos na famosa Feira da Madrugada, no centro de São Paulo. Ele vende cuecas no lado de fora da feira, que segundo ele atrai mais público do que os boxes internos do espaço, que depois de reformulado deixou de ser atrativo, segundo seus relatos. Antônio trabalhou na indústria, numa fábrica de brinquedos, e foi dos últimos funcionários a sair de lá depois de sua falência. Depois ainda trabalhou numa empresa de ferro e aço, mas

saiu temendo por sua saúde, por conta dos pesos que carregava. Ele aparenta estar adaptado e desfrutar da rotina agitada como ambulante (“na rua é gostoso demais!”), não vendo perspectivas de retornar ao trabalho formal. Também vê o empreendedorismo como uma categoria positiva, mas não possui referências sobre o meio ou se enxerga como empreendedor a priori. Sua família auxilia no negócio em períodos de maior venda, e uma de suas principais preocupações é garantir o estudo de suas duas filhas (“tem que fazer o que eu não fiz”). Politicamente, Antônio exprime um esgotamento do petismo em termos eleitorais. Para ele, que antes de 2018, havia votado sempre no Partido dos Trabalhadores (PT), era hora de mudar, buscando melhorar a administração do país e acabar com a corrupção.

Lucas é formado em turismo. Trabalhou em agências, *hostels* e pousadas. E na adolescência ocupou vagas administrativas, como auxiliar, em departamentos de vendas e no telemarketing. Hoje não pensa em retornar ao mercado formal: criou um pequeno negócio de marcenaria, fabricando móveis de madeira sob encomenda, para residências e estabelecimentos. Para ele, as amarras do mundo assalariado não compensam os ganhos financeiros que ele oferece: “É porque eu comecei a ver o mercado de trabalho com outros olhos. E a forma que a gente é valorizado dentro duma empresa.” Hoje parece ter se encontrado em seu empreendimento, ainda que tenha pouco tempo para descanso. Lucas é jovem e mora com os pais na periferia da Zona Oeste de São Paulo, que hoje incentivam o negócio, mas de início demonstraram certo descrédito. Ele mobiliza conceitos e termos do empreendedorismo, que vê de forma bastante positiva. Inclusive fornece cursos ligados à atividade que executa e sob uma ótica empreendedora. Entretanto, não está completamente inserido nessa rede, pois não frequenta cursos ou conhece muitas pessoas do ramo. Lucas tem uma imagem dos sindicatos associada às colônias de férias e demanda do Estado a descentralização das empresas na cidade, estimulando bairros mais periféricos, além de considerar importante a redução da burocracia de forma generalizada.

Carlos possui uma trajetória que pode ser bastante ilustrativa do que no imaginário social corresponde à trajetória de um empreendedor. Trabalhou como ajudante de supermercado na adolescência e aspirou fazer um curso técnico de mecânica industrial no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Quando conseguiu passar, se formou e foi trabalhar na área, especializando-se em manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos. Numa das empresas

que atuou, viu uma oportunidade profissional inovadora, criando sua própria empresa de prestação de serviços de manutenção para consultórios de dentistas. O dono de onde até então trabalhava não havia aceitado a proposta de Carlos de expandir as marcas atendidas e o tipo de atendimento oferecido. Nesse sentido, teve uma ideia disruptiva e criou algo novo, um empreendimento, como pontua a cartilha schumpeteriana (SCHUMPETER, 1961). Ele mobiliza certos valores e concepções do meio empreendedor, e tem na figura do trabalhador uma imagem de algo ultrapassado, uma categoria pertencente a outras épocas. Hoje ele mora sozinho na periferia da Zona Leste paulistana e possui uma cartela de clientes em consultórios oferecendo seus serviços de manutenção. Carlos sente que se envolve pouco em questões políticas e sociais por falta de tempo, e possui uma imagem sobre políticas sociais bastante parecida com a dos demais entrevistados: positiva, desde que com rigor nos cadastros dos benefícios. O mesmo ocorre com o sindicato. Segundo Carlos, “com ele ruim, sem ele pior”.

Uma questão que também buscamos analisar em todas essas entrevistas foi como essas pessoas se organizavam profissionalmente em seus meios, principalmente se tinham na concorrência uma norma fundamental de ação, como propõe a razão neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016). Com as devidas variações, já que algumas atividades exigiam mais contato entre os profissionais do ramo e outras menos, notamos que a concorrência aparece como uma questão marginal na organização das atividades dos entrevistados. Mais como uma realidade do mercado do que uma preocupação do dia-a-dia. Na verdade, percebeu-se grande solidariedade nas falas e nas práticas descritas entre os entrevistados. Muitos ajudavam colegas a entrarem no mesmo ramo ou então compartilhavam clientes, indicando barreiras importantes à ideia de uma organização puramente baseada no modelo empresarial concorrencial.

Como podemos olhar para a realidade brasileira

A questão da concorrência é o gancho para começarmos a explicar o tipo de empreendedor popular que se formou no Brasil recente. Como a descrição das trajetórias aponta, o empreendedorismo é visto de forma positiva, e em alguns casos dotado de completo sentido para a realidade profissional dos indivíduos. Por conta de seus status enquanto autônomos e, de certa forma, distantes do trabalho formal e

assalariado, enxergar-se como uma empresa de si que precisa “correr atrás” e “se virar” é uma perspectiva realista e necessária. Mas a forma com que lidam com a concorrência e o modo como passam a se verem como empreendedores – mais como uma categoria que ajuda a explicar a condição atual do que uma identidade profissional consolidada – indica que o discurso empreendedor aos moldes da razão neoliberal não é plenamente incorporado.

O que se observa, em geral, são indivíduos que transitaram entre o trabalho formal assalariado e ocupações informais e, seja pelo desejo de se desvencilhar das amarras disciplinares e fazer o que gosta, seja pela dificuldade em retomar postos nesse meio assalariado, os indivíduos acharam no empreendedorismo uma categoria que os contemplasse, até pela abrangência discursiva que ela se propõe. Como resultante, o empreendedor popular no Brasil recente possui uma série de clivagens que o categorizam: as entrevistadas demonstram (com exceção de Mariana) que as mulheres, pelo machismo estrutural, estão mais associadas à ideia de serem uma renda complementar na família ao desenvolverem atividades de cunho doméstico; os mais jovens possuem maior adesão aos conceitos e referências do meio empreendedor, muitas vezes contrapondo-o a uma concepção tradicional e considerada obsoleta sobre o trabalho (em geral o assalariado); e aqueles pertencentes a grupos historicamente excluídos, como os negros, podem enxergar no empreendedorismo um horizonte emancipatório ao garantir oportunidades a grupos marginalizados no mercado de trabalho, como o relato de Mariana exemplifica.

Pelas trajetórias analisadas, vemos que alguns elementos simbólicos destacados por Neri (2011) em seu diagnóstico sobre a nova classe média são pertinentes. Mesmo encarando uma realidade profissional que prescinde de estabilidade e garantias sociais, os entrevistados demonstraram um apego a essas questões, pontos suficientes para um eventual retorno à vida assalariada, segundo a maioria dos entrevistados. O desapego ao consumo e a necessidade de poupança (NERI, 2011; SOUZA, 2012) não foram elementos muito mobilizados nas entrevistas, mas a constante preocupação com os rendimentos mensais extraídos pode indicar esforços de poupança significativos, mas também um desejo de maior conforto material propiciado por novos padrões de consumo.

A persistência e a crença em si mesmo (SOUZA, 2012) foram questões muito mobilizadas, comportamentos quase que obrigatórios para iniciarem suas atividades

e, principalmente, manterem-se as desenvolvendo. Souza (2012) destacou também a questão familiar nessas atividades, e foi um componente bastante observado em algumas entrevistas. Luciana, por exemplo, tem auxílio de seu ex-marido para continuar vendendo seus produtos. André montou seu negócio inicialmente numa sociedade com familiares. Teresa, por sua vez, tem ajuda de seu filho na organização de suas vendas. Já Antônio conta com a família em períodos mais movimentados no comércio ambulante.

Politicamente, a análise que fez Singer (2012) sobre o subproletariado parece também indicar importantes tendências desse grupo. Os entrevistados, pela percepção que possuíam sobre instâncias de regulação como os sindicatos e programas de distribuição de renda, não manifestaram grandes aspirações coletivas e apontaram para melhorias sociais não-estruturais ao demonstrarem apoio a políticas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Neste sentido, dialogaram positivamente com as iniciativas empreendidas pelos governos Lula e Dilma, demandando, contudo, o aprofundamento dessas medidas. Teresa, por exemplo, manifestou dificuldade de acesso ao crédito. André indicou para a necessidade de aumento da renda dos mais pobres, para que aumentasse o consumo. Outra pauta muito incidente foi a diminuição da burocracia e a facilitação dos caminhos formais para empreendedores, elementos mais próprios de discursos que valorizam o aspecto individual, muitas vezes vinculados à razão neoliberal e seus agentes de difusão.

O panorama aqui exposto se distancia do proposto por Braga (2012) quanto à capacidade que os indivíduos analisados possuem de contestação das políticas neoliberais. Questões como o reconhecimento de limites dos avanços lulistas, ao demandarem ações mais incisivas e de caráter permanente, e a identificação de situações precarizantes, como a quantidade de horas que acabam por trabalhar a mais e as garantias que o trabalho autônomo não proporciona, ainda que eles não consigam se desvencilhar dessas amarras profissionais, estão mais próximas de um reconhecimento das dificuldades materiais das atividades que desempenham do que uma percepção política do fenômeno.

Considerações finais

A análise das trajetórias dos entrevistados indica a presença de um empreendedor aparentemente ambíguo e bastante diverso daquele pensado pelo neoliberalismo. Por conta da situação do mercado de trabalho brasileiro e global, é possível que o empreendedorismo continue como conceito importante para descrever atividades profissionais das camadas populares, já que é carregado de algum sentido para uma população tão abrangente e diversa.

É possível afirmar que as políticas lulistas criaram as condições para um tipo empreendedor nas camadas populares, se não o mesmo de um discurso próprio da razão neoliberal, então como uma categoria que ajudasse a explicar o meio profissional e os modos de sobrevivência dos sujeitos impulsionados por esses governos. O legado simbólico das recentes transformações socioeconômicas brasileiras, assim como o contexto histórico e as práticas e dinâmicas populares, continuarão sendo elementos fundamentais de ressignificação desse empreendedorismo, dando origem a uma forma híbrida que necessita maior aprofundamento.

Pela abrangência, o discurso empreendedor se coloca como um conceito em disputa, que pode tomar a forma do individualismo liberal, empresas-indivíduo em constante concorrência, mas também pode dialogar com formas mais solidárias de trabalho, sujeitos autônomos que buscam emancipação social em suas atividades. Assim, convém pensar em categorias analíticas sobre o trabalho que se adequem à contemporaneidade, considerando o declínio do assalariado e a ascensão de novas formas de sobrevivência.

Rizek (2006) discute a noção de viração como um modelo contemporâneo que se utiliza de categorias próprias da realidade brasileira para acrescentar novas lógicas urbanas e outras dimensões de renda, buscando se atualizar frente às relações atuais entre sujeito e trabalho. E também Gago (2018) pode ser utilizada nessa busca por novas categorias. A proposta de pensar o neoliberalismo nos “moldes de baixo” nos permite olhar para subjetividades complexas, por vezes contraditórias em suas crenças e comportamentos, por responderem a inúmeras instituições mediadoras.

Referências

BARROS, Vanessa; LOPES, Fernanda. Considerações sobre a pesquisa em história de vida, IN: Souza, Eloisio Moulin de. (org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**. Vitória: EDUFES, 2014.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Trad. Ivone C. Benedetti. Editora Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo. 2012.

COLBARI, Antônia. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 75-111, 2007.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. 5ªed. Editora Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

GUIMARÃES, José Soares. Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. **OIT**, Brasília, 2012. 376p.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Foi um pássaro, foi um avião?: Redistribuição no Brasil no século XXI 1. **Novos Estudos**, 2017, 108.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais eo espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais.** Azougue, 2007.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

PAULILO, Maria Angela. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**, v. 2, n. 1, p. 135-145, 1999.

QUADROS, Waldir. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. **Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas**, 2008.

RIZEK, Cibele Saliba. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, 2006, 11.21.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

_____. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 10 ed. Ed. Brasiliense, 1985

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 ed. rev. e ampl. colab. Brand Arenari et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 404 p.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. **Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**, 2005, 91.

